

Descontinuidade de representação cognitiva e linguística

Helena Topa Valentim

Abstract:

This presentation is based on two main assumptions. On the one hand, both dimensions of cognitive representation and reference construction underlie to all effects of non-coincident representations present in a text (and which may take the form of a “relexicalization” chain). On the other hand, it is precisely because we can have a non-coincidence of representations that language is an activity governed by an intersubjective adjustment.

We will base our reflexion on a journalistic text in which we find a series of representational discontinuities. We intend to demonstrate that, through linguistic activity, we operate a transition from a non-material (abstract, cognitive) representation to a material (linguistic) representation. This transition, which has an undeniable relevance from the discursive point of view, is a describable operation in the functioning of language

A construção da representação é uma das dimensões da atividade da linguagem em relação com outras duas dimensões, a referência e a regulação, ou ajustamento intersubjetivo. É importante considerar que qualquer produção linguística - naquilo que sejam opções lexicais ou outras imputadas a um locutor em função do uso pragmático-discursivo - passa por uma construção e por uma validação enunciativas. A esta construção e validação enunciativas presidem, por sua vez, dimensões de representação cognitiva e de construção de referência. É deste modo que a representação é uma questão central no entendimento que, num quadro enunciativo, se tem sobre o modo como a linguagem funciona. Esse entendimento enforma toda a metodologia de descrição e de explicação dos fenómenos observáveis nas línguas naturais.

Um dos pressupostos teóricos convocados nesta reflexão é o de que o *enunciador*, enquanto origem subjetiva (que não se identifica com o *locutor* ou com o *emissor*), se constrói, necessariamente, num quadro intersubjetivo, pois, subjacente a qualquer enunciado, há sempre um enunciador, que produz/constrói a

significação, mas também um coenunciador, que reproduz/reconstrói a significação. Por conseguinte, a construção da representação linguística dá-se no quadro de uma alteridade inscrita no âmago da atividade linguística. A alteridade funda a intersubjetividade que, por sua vez, explica que, na linguagem, haja uma constante modulação. Um enunciado é sempre modulado. Regista modulações que assumem a forma de um jogo de sujeitos, um jogo de valores referenciais modais, um jogo de valores referenciais temporais-aspetuais.

Para dar conta da construção da representação de acordo com uma abordagem enunciativa, baseio-me, a título ilustrativo, num texto do género jornalístico e de temática política, retirado da versão portuguesa da publicação mensal *Courrier International* (Nº 225, de novembro de 2014, p. 51), um artigo da autoria de David Shariatmadari, publicado originalmente no *The Guardian* (de que David Shariatmadari é vice editor) a 1 de outubro de 2014, aqui numa tradução para o português de Pedro Cordeiro, com o título “Nem Estado, nem Islâmico”.

Nem Estado, nem Islâmico

A evolução do nome “Estado Islâmico” é um caso de estudo. A linguagem pode distorcer a realidade, alerta um vice-editor do diário *The Guardian*, que estudou árabe, persa e linguística. Há que ler nas entrelinhas dos *media*.

JORNAL THE GUARDIAN
LONDRES

Toda a linguagem é uma máquina de produção de falsidades”, diz a personagem principal do primeiro romance de Iris Murdoch, *Sob a rede*. O seu ponto de vista é que as palavras que usamos nos induzem a ver o mundo de uma determinada forma. Orwell pensava da mesma forma: não se pode pensar no que não tem nome. De modo inverso, podemos correr o risco de criar um nome para algo que não existe realmente.

Os linguistas discutem isto há décadas e o consenso é que a linguagem orienta, mais do que determina, o pensamento. Os políticos sabem-no, tal como os publicitários. E também os terroristas. Ora, a evolução do “Estado Islâmico” (EI) é um caso exemplar do poder dos nomes. Esta façanha de combatentes sunitas começou por chamar-se Jama’at al-Tawhid wal-Jihad, nome para consumo local. Significa “Grupo pelo monoteísmo (*tawhid*) e pela luta (*jihad*)”. Há séculos que não há religiões politeístas na região, mas, no tempo de Maomé, os árabes adoravam vários deuses. Assim, o que nos vem à mente são os primeiros anos do Islão — um tempo de fé pura, em que estava no auge o esforço para pôr termo ao paganismo.



O nome mudaria, para localizar geograficamente o grupo: primeiro na *bilad al-rafidayn* (terra dos dois rios, Mesopotâmia), depois no Iraque e Al-Sham (o Levante). Ambos são romanticamente arcaicos. Al-Sham era uma província no mais antigo império muçulmano, chefiado pelos “califas corretamente orientados”, os sucessores diretos de Maomé.

Por enquanto, é tudo ruído fundamentalista, mas o público ocidental fica perdido. Até que chegamos ao “Estado Islâmico”, um título que ressuscita a ideia de califado — uma comunidade de crentes pré-moderna — para ocidentais acostumados a um modelo de nação do século XIX. A mudança é importante, porque sugere algo de substancial, um país com fronteiras, leis e instituições. Olhando para o mapa do que o grupo controla, porém, vê-se tudo menos um Estado no sentido moderno. O seu território serpenteia ao longo de margens de rios, capturando cidades aqui e acolá e estendendo as garras deserto dentro.

Rejeitar o nome “Estado Islâmico”

O ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Laurent Fabius, propôs — e bem — que rejeitemos a designação “EI”. “É um grupo terrorista e não um Estado. O termo “Estado Islâmico” esbate as linhas divisórias entre Islão, muçulmanos e islamitas”, disse. Recomenda que se use *Dawla*, acrónimo de “Al-Dawla al-Islamiya fi al-Iraq wa al-Sham”. Embora signifique “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”, para os que não falam árabe é apenas um som. Ficará imbuído nas nossas ideias como a Al-Qaeda acabou por ficar, mais do que evocar a sua tradução literal (“A Base”), ficou ligada a morte e destruição.

Há nomes que tendem a ser propaganda ou insulto. Os vários Hezbollah veem-se

ISIS/EIIL (“Estado Islâmico”): nasceu um novo Estado religioso. Um combatente lê as “regras e regulamentos do Ramadão”: “Não há tempo para comer... Não há tempo para beber... Logo, há muito mais tempo para matar...” Ao longe, pede-se: “O Iraque precisa de um líder moderado, tipo Saddam”

ILUSTRAÇÃO DE TURNER
PARA THE IRISH TIMES, DUBLIN

como “partido de Deus”. Al-Muhajiroun [organização salafita sediada, e proibida, no Reino Unido] significa “os emigrantes”, mas compara-se (o que é um sacrilégio) aos ajudantes que acompanharam Maomé quando deixou Meca.

Por vezes a marca falha. Hassan-i-Sabbah, dissidente carismático no Irão do século XI, fundou uma seita baseada naquilo a que chamava “Ad-Dawa al-Jadida”, “a nova doutrina”. Incluía um ramo que designou por *fedayeen*, ou “autossacrificados”, cujo dever era destruir adversários políticos. Os inimigos chamavam-lhes *hashashins*, ou fumadores de haxixe. Eram descritos como lunáticos drogados e a ideia pegou. Vem daí a palavra “assassino”.

Um dos riscos da linguagem é que palavras que designam ideias abstratas e nomes concretos podem ocupar os mesmos espaços. Posso dizer: “Quero mudar um pneu” ou “Quero mudar a política para sempre”. A segunda parece fazer sentido, mas pode querer dizer tudo o seu contrário. Da mesma forma, há uma diferença abissal entre demolir um edifício e, como um comentador disse em relação ao EI, demolir um grupo variado de pessoas, os seus objetivos e as suas ideias. Ninguém pode “esmagar” o terrorismo ou travar guerras contra este. Os que usam esta linguagem para descrever as suas ações (tal como os que dizem estar a criar um “Estado Islâmico”) estão, na verdade, a fazer algo muito diferente. Cabe-nos espregitar nas entrelinhas para descobrir o quê. ●

O presente texto apresenta quatro partes que aqui ponho em destaque. Numa primeira, percorre-se as várias denominações que os combatentes sunitas, hoje autodenominados Estado Islâmico, assumiram desde a década de 70 do século passado. Este “desfile” é enquadrado pela afirmação do autor de que “as palavras que usamos nos induzem a ver o mundo de uma determinada forma” (l. 5). A segunda parte incide sobre a denominação “Estado Islâmico”, concluindo o autor que “olhando para o mapa do que o grupo controla [...] vê-se tudo menos um Estado no sentido moderno” (l. 48). A terceira parte refere a proposta do então (e ainda) ministro dos negócios estrangeiros francês (Ministre des affaires Étrangères et du développement international), Laurent Fabius, no sentido de, no mundo ocidental, se optar por outra denominação: o acrónimo “Daesh”, que, “embora signifique ‘Estado Islâmico do Iraque e do Levante’, para os que não falam árabe é apenas um som” (l. 62). Finalmente, a quarta parte refere outros casos na história de “nomes que tendem a ser propaganda ou insulto”.

Em todo este texto, a construção dos valores em causa obedece a uma série de modulações. Estamos, ao longo da argumentação construída, perante a explicitação de discontinuidades, de fenómenos heterogéneos, de deformabilidade. Esta caracterização geral pode, desde logo, sustentar-se se atendermos ao título – “Nem Estado, nem Islâmico”. O que se propõe no corpo do artigo é uma reflexão sobre os efeitos de não coincidência de representações, a partir de uma consciência genérica de que “as palavras que usamos nos induzem a ver o mundo de uma determinada maneira” (l. 5).

São disso exemplos as seguintes formulações ou passagens do texto, que passamos a comentar:

1. “[...] a evolução do Estado Islâmico é um caso exemplar do poder dos nomes” (l. 15)

Alude-se, portanto, à relação entre a “evolução” de um fenómeno político e a linguagem, já que é da evolução da denominação do atual EI que também se fala.

2. A referência ao Estado Islâmico, numa retoma anafórica, com uma construção linguística pela qual o enunciador, afinal, opta como sendo a mais “objetiva” ou “neutra” (naquilo que o “poder dos nomes” possa ser de desvirtuante): “esta façção de combatentes sunitas” (l. 18).

3. O itinerário pelas denominações deste grupo desde que se formou até à atualidade:

a) nos anos 70, “começou por chamar-se Jama’at al-Tawhid wal Jihad”, significando “grupo pelo monoteísmo e pela luta” (l. 20), com ecos de um tempo – que não o atual – em que nos primeiros anos do Islão, se lutava por pôr termo ao paganismo, que era panteísta;

b) adquiriu, mais tarde, duas denominações que localizavam geograficamente o grupo: primeiro, “bilad-al-rafidayn” (“terra dos dois rios, Mesopotâmia”); depois, “Al-Sham” (“o Levante”) – dois nomes “romanticamente arcaicos” (l. 30);

c) finalmente, passou a designar-se “Estado Islâmico, um título que ressuscita a ideia de califado”.

O exercício de reflexividade sobre aquilo que o autor designa como “poder dos nomes” fornece-nos dados que ilustram de forma exemplar como é pelo facto de não haver uma coincidência de representações que a linguagem é uma ativi-

dade de regulação e de ajustamentos intersubjetivos. Podemos dizer que a não coincidência de representações radica numa fronteira que existe entre o que é uma representação não material (abstrata, cognitiva) e uma representação material (linguística).

Vejam os que se escreve sobre a denominação “Estado Islâmico”: “sugere algo de substancial, um país com fronteiras, leis e instituições” (l. 46). Propõe-se, por conseguinte, uma formulação da representação cognitiva (imaterial e abstrata, portanto) que é individual e culturalmente construída do que, sendo inacessível (cognitivo), lexicaliza (se materializa) em “Estado”. A essa “sugestão”, que é culturalmente informada, se contrapõe o que, no plano do observável (“olhando para o mapa”), configura outra representação, a carecer, portanto, do que pudesse ser outra forma de lexicalização: “Olhando para o mapa do que o grupo controla, porém, vê-se tudo menos um Estado no sentido moderno. O seu território serpenteia ao longo de margens de rios, capturando cidades aqui e acolá e estendendo as garras deserto dentro.” (l. 38).

Não sendo minha intenção tratar aqui o fenómeno do EI, interessa-me, por via do que este texto oferece, chegar a um ponto em que possa encarar o facto de, por via da atividade linguística, se passar efetivamente de uma representação não material (abstrata, cognitiva) para uma representação material (linguística). Esta transição é descritível no âmbito do funcionamento da língua e, só nessa medida, apresenta relevância do ponto de vista discursivo.

Para tal, retomo o conceito de “enunciado”, com que podemos designar as sequências linguísticas. O conceito de enunciado comporta este sentido de transição daquilo que é da ordem do imaterial (“o que queremos dizer”) para a sua materialidade, verbal neste caso

(“o que dizemos”). Séneca traduz por *enuntiativum* o termo *lekton*, aquilo que os estoicos chamavam a algo incorporal, isto é, algo sem materialidade. Depois da Idade Média, falava-se do *dicibile* (dizível) e do *dictum* (o dito). Dizia-se que há um *dictum* e um *modus*, ou seja, uma espécie de conteúdo de pensamento, ou conteúdo proposicional. Aí temos, portanto, uma representação imaterial, uma abstração. O termo *enuntiativum*, empregue por Séneca para explicar o que é o *lekton*, tem no verbo *enuntiare* a significação de “fazer sair”, de “fazer aparecer” (cf. Culioli, 2002: 26). Concebe-se, portanto, a passagem do dizível ao dito, sendo esta a questão colocada pelo conceito de representação. Olhando para a forma como as línguas funcionam, na tentativa de descobrir os fenómenos e de os explicar, há, desde logo, uma relação entre o que se nos apresenta da ordem do imaterial (“o que queremos dizer”) e o que tem uma materialidade, verbal neste caso (“o que dizemos”). Ao produzir enunciados, procuramos fazer coincidir essas duas coisas, sempre no quadro de uma intersubjetividade. Veja-se como é desta pretensão que resulta uma espécie de “inquietação” que justifica que alguém escreva um artigo como este a que aqui recorro.

Na linguagem transita-se sempre do dizível para o dito, dois domínios de representação, cognitiva e linguística. Ao construir significação, é o enunciadador quem opera esta transição. Mas, porque a significação construída é sempre significação reconstruída, interessa, por conseguinte, dar conta do mecanismo não simétrico entre os dois sujeitos - a não simetria que está, afinal, na origem da inexistência da compreensão perfeita.

Por conseguinte, a transição que se opera da representação cognitiva (“aquilo que queremos dizer”) para a representação linguística (“aquilo de que fala-

mos”) não se entende sem a modulação ou ajustamento intersubjetivo. É isso, aliás, que permite que, nas línguas, haja simultaneamente estabilidade e deformabilidade.

No texto em análise, a descontinuidade radica num exercício de reflexividade que permite dizer que aquilo a que se chama “Estado Islâmico” é, afinal, algo diferente: “Nem estado, nem Islâmico” (título). Portanto, diz-se “Estado Islâmico”, mas poder-se-ia dizer algo diferente – como está patente na terceira parte do texto, em que se refere a proposta de Laurent Fabius de se optar por outra denominação, alternativa: o acrónimo “Daesh”, que, “embora signifique ‘Estado Islâmico do Iraque e do Levante’, para os que não falam árabe é apenas um som” (l. 62). Estamos perante a construção-reconstrução de representações, em que as formas linguísticas têm um papel fundamental por serem marcadoras das operações, simultaneamente cognitivas e linguísticas, que subjazem aos enunciados.

Neste trânsito de representações, é apenas por conveniência metodológica que língua e discurso são realidades distintas. Impõe-se, por conseguinte, uma atitude face à construção da observação, à construção dos problemas e à conceção de um raciocínio descritivo-explicativo que, como afirma Culioli, considere a teorização enquanto forma de revelar a “consistência deformável” (“consistence déformable” 2002: 88) do funcionamento da língua. Os factos linguísticos assim o impõem.

É por não haver, à partida, uma relação necessária entre a representação cognitiva e a representação linguística, que este modelo permite dar conta do ajustamento intersubjetivo como manifestação da alteridade em que as próprias formas se inscrevem, ou seja, como possibilidade de recurso a diferentes formas e construções linguísticas. Por conseguinte, não se deve resumir o con-

teúdo ao que é efetivamente dito: de facto, nada garante que “o que é dito” corresponde ao que seja o “querer dizer”, só assim se explicando a operação subjacente à reflexão proposta no texto sobre as denominações do atual Estado Islâmico. Enunciar (“dizer”) é a associação entre um “querer dizer” e um enunciado, sendo que este “dizer” não passa de “um dizer entre outros”, pois outras formas linguísticas seriam possíveis. Isso mesmo é atestado, no texto em apreço, pela relação entre as seguintes formas linguísticas:

a) Jama’at al-Tawhid wal Jihad”, significando “grupo pelo monoteísmo e pela luta” (l. 20);

b) “bilad-al-rafidayn” (“terra dos dois rios, Mesopotâmia”); depois, “Al-Sham” (“o Levante”) (l. 30);

c) “Estado Islâmico” (l. 46);

d) “Daesh” (proposta de Laurent Fabius) (l. 62).

Nada garante, portanto, que, na atividade linguística, as formas empregues sejam as adequadas ao “querer dizer”, que sejam pertinentes. Da mesma forma, nada garante que o coenunciador, no seu trabalho de interpretação, interprete este “querer dizer” da mesma forma que o enunciador.

Por conseguinte, neste texto, está ilustrado aquilo que é a relação de alteridade de qualquer “dizer” (o “dito”) com outros “dizer”. É nessa dimensão plural do “dizer” que se baseia o ajustamento intersubjetivo, que, nesse sentido, releva da dimensão da pertinência. A questão da pertinência, na sua relação com o ajustamento intersubjetivo, atualiza precisamente a propriedade que o “dizer” tem de não poder ser dito em definitivo, de ilustrar, no limite, o facto de a linguagem não decalcar o mundo na representação que dele construa. Neste sentido, a pertinência interpreta-se como o facto de as denominações da “fação de combatentes sunitas”, enquanto cons-

truções subjetivas, estarem sempre numa relação fraca (não necessária, portanto) com o estado de coisas.

Em jeito de conclusão, direi que, numa perspectiva enunciativa, a questão da representação na atividade da linguagem não se prende apenas com questões de adequação em função de certa prática discursiva. Consiste numa dimensão constitutiva da linguagem já que a linguagem, por um lado, é uma atividade de representação de noções definidas por propriedades físico-culturais, variáveis portanto, e, por outro lado, permite construir valores referenciais ancorados nas coordenadas espaço-temporal e subjetiva da situação de enunciação.

Referências

- Anscombre, J.-C. & O. Ducrot (1983) *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles : Mardaga
- Bourdieu, P. (1982) *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard
- Culioli, A. (1990) *Pour une linguistique de l'énonciation*, Tome II, Paris: Ophrys
- Culioli, A. (1995) *Cognition and Representation in Linguistic Theory*, Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins
- Culioli, A. (2002) *Variations sur la linguistique. Entretien avec Frédéric Fau*. Paris: Klincksieck
- Dufaye, L. (2009) *Théorie des opérations énonciatives et modélisation*. Paris: Ophrys
- Valentim, H. T. (2014) Da variação na língua e no discurso – uma reflexão epistemológica. In A. Fiéis, M. Lobo & A. Madeira (orgs.) *O Universal e o Particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier*. Lisboa: Colibri, pp. 315-327
- Valentim, H. T. (2013). Diferentes valores e empregos de Isto é: uma proposta de descrição enunciativa. *Estudos Linguísticos /*

Linguistic Studies 7. Lisboa: Colibri, pp. 297-308

De Vogüé, S. (2011). La langue entre discours et cognition. In M. Audiffren & J. Chuquet (eds.) *Langage, Cognition et Société*. Actes du colloque international d'octobre 2008 pour les 10 ans de la MSHS de Poitiers. Presses Universitaires de Rennes, pp.169-196